

**MINUTA DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.**

O Excelentíssimo Senhor PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 73, 75 e 96, I, "e", da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 21, XXXVIII, XL e XLI, da Resolução nº 14/2007, DECLARA abertas as inscrições para CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS para provimento dos cargos de Auditor Público Externo – Engenheiro Civil, Analista Jurídico, Analista de Sistema de Tecnologia da Informação, Técnico de Gestão, Auxiliar de Tecnologia da Informação e Auxiliar de Gestão, integrantes do quadro de pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Concurso Público será regido, em todas as suas fases, pelas normas expressas neste Edital.

1.2. O presente Concurso Público será coordenado pela Comissão Especial do Concurso, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso por meio da Portaria nº ____/____, de ____ de ____ de 2013, e será realizado pela entidade [REDACTED], contratada conforme Processo Administrativo [REDACTED] / [REDACTED].

1.3. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Conta Estado de Mato Grosso, e nos sites www.tce.mt.gov.br e [REDACTED] (site da entidade realizadora do concurso).

1.4. O conteúdo programático das provas a serem aplicadas no presente concurso encontra-se detalhado no Anexo I.

1.5. Os requisitos para ingresso nos referidos cargos obedecerão ao disposto nas Leis Estaduais ____/____, 7.858/2002, 8.195/2004, 9.383/2010 e 9.733/2010, e ao disposto neste edital.

1.6. Os requisitos para ingresso nos respectivos cargos deverão ser comprovados pelo candidato por ocasião da posse.

2. VAGAS

2.1. O concurso tem por objetivo preencher 15 vagas para o cargo de AUDITOR PÚBLICO EXTERNO – ENGENHEIRO CIVIL, 42 vagas para o cargo de ANALÍSTA JURÍDICO, 20 vagas para o cargo de ANALISTA DE SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 80 vagas para o cargo de TÉCNICO DE GESTÃO, 15 vagas para o cargo de AUXILIAR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e 40 vagas para o cargo de AUXILIAR DE GESTÃO, todos do quadro de pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

2.2. Será reservado 10% (dez por cento) das vagas para pessoas Portadoras de necessidades especiais (PNE), em obediência ao art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e em conformidade com o § 2º do art. 21 da Lei Complementar Estadual 114, de 25 de novembro de 2002, nas condições especificadas neste Edital.

3. TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. O valor da taxa de inscrição é de R\$ _____ para os cargos que exigem formação de nível superior, e de R\$ _____ para os cargos que exigem ensino médio completo, e deverá ser recolhida em nome do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas, na conta corrente nº 134545-1 da agência nº 3834-2 do Banco do Brasil.

3.2. O candidato deverá recolher o valor da taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.

3.3. Não haverá, em hipótese alguma, devolução do valor da inscrição, salvo se o concurso for cancelado.

4. REMUNERAÇÃO:

4.1. A remuneração inicial para o respectivo cargo é de:

Auditor Público Externo – Engenheiro Civil: R\$ _____

Analista Jurídico: R\$ _____

Analista de Sistema de Tecnologia da Informação: R\$ _____

Técnico de Gestão: R\$ _____

Auxiliar de Tecnologia da Informação: R\$ _____

Auxiliar de Gestão: R\$ _____

5. DO CARGO, DOS REQUISITOS, DO REGIME DE TRABALHO E DAS ATRIBUIÇÕES.

_____. **Cargo: AUDITOR PÚBLICO EXTERNO – ENGENHEIRO CIVIL.**

_____. São requisitos para o ingresso no cargo:

- I) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- II) ser brasileiro, nato ou naturalizado, e gozar das prerrogativas contidas no artigo 12 da Constituição Federal;
- III) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV) ter concluído o curso de bacharelado em engenharia civil **de acordo com o art. 7º da Lei Estadual nº _____ / _____;**
- V) comprovar a escolaridade exigida;
- VI) ter idade mínima de dezoito anos;
- VII) estar apto física e mentalmente para as atribuições do cargo;
- VIII) estar no gozo dos direitos políticos.

_____. Regime de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

_____. São atribuições do cargo de Auditor Público Externo – Engenheiro Civil, nos termos da **Lei Estadual _____ / _____**.

- I. realizar auditorias de legalidade e operacional programadas, especiais ou de irregularidades em obras e serviços de engenharia, nos termos regimentais, em órgãos da Administração Pública, direta e indireta, estadual e municipal, coordenando os trabalhos quando desenvolvidos em equipe;
- II. proceder à análise final e emitir relatórios técnicos e/ou conclusivos nos processos, documentos e informações relativos a obras e serviços de engenharia, inclusive com a sugestão fundamentada de aplicação de penalidade, se for o caso;

III. definir os pontos de controle de auditoria em obras e serviços de engenharia, destacando e delimitando os aspectos mais relevantes a serem observados pela equipe por ocasião da inspeção in loco.

_____. Cargo: ANALISTA JURÍDICO.

_____. Requisitos:

- I) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- II) ser brasileiro, nato ou naturalizado, e gozar das prerrogativas contidas no artigo 12 da Constituição Federal;
- III) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV) ter concluído o curso de bacharelado em direito **de acordo com o art. 7º da Lei Estadual nº _____ / _____;**
- V) comprovar a escolaridade exigida;
- VI) ter idade mínima de dezoito anos;
- VII) estar apto física e mentalmente para as atribuições do cargo;
- VIII) estar no gozo dos direitos políticos.

_____. Regime de trabalho: _____ horas semanais.

_____. São atribuições do cargo de Analista Jurídico, nos termos da **Lei Estadual / _____ :**

- I. auxiliar os Conselheiros e Conselheiros Substitutos na realização de suas atribuições no âmbito das Relatorias;
- II. proceder a pesquisas jurídicas de dados ou informações;
- III. manter-se atualizado acerca das normas jurídicas, doutrina e jurisprudência;
- IV. acompanhar as sessões de julgamento realizadas pelo Tribunal Pleno e Câmaras Técnicas do Tribunal de Contas;
- V. participar e colaborar com o processo de planejamento estratégico no âmbito dos Gabinetes;
- VI. zelar pelo cumprimento dos prazos previstos no macrofluxo e controlar os termos de alerta recebidos;
- VII. assinar, por ato de delegação, expedientes de comunicação de decisões ou despachos, bem como de citação ou notificação dos interessados;
- VIII. zelar para que as decisões oriundas dos Gabinetes estejam em

consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas;

IX. outras atividades de interesse da Administração do Tribunal de Contas.

_____. Cargo: **ANALISTA DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**.

_____. Requisitos:

- I) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- II) ser brasileiro, nato ou naturalizado, e gozar das prerrogativas contidas no artigo 12 da Constituição Federal;
- III) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV) ter concluído o ensino superior na área de tecnologia da informação de acordo com o art. 11 da Lei Estadual nº _____ / _____;
- V) comprovar a escolaridade exigida;
- VI) ter idade mínima de dezoito anos;
- VII) estar apto física e mentalmente para as atribuições do cargo;
- VIII) estar no gozo dos direitos políticos.

_____. Regime de trabalho: _____ horas semanais.

_____. São atribuições do cargo de Analista do Sistema de Tecnologia da Informação, nos termos da Lei Estadual _____ / _____:

- I. Analisar, desenvolver, administrar e coordenar sistemas e ambientes de tecnologia da informação, definindo os requisitos e funcionalidades, especificando a arquitetura e definindo as ferramentas de desenvolvimento;
- II. administrar ambientes informatizados;
- III. estabelecer padrões;
- IV. coordenar projetos de TI;
- V. oferecer soluções para ambientes informatizados;
- VI. pesquisar novas tecnologias aplicada a sistemas;
- VII. garantir que o produto desenvolvido esteja de acordo com as especificações;
- VIII. Executar outras atividades na área de tecnologia da informação de interesse da Administração do Tribunal de Contas.

_____. Cargo: **TÉCNICO DE GESTÃO**

_____. Requisitos:

- I) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- II) ser brasileiro, nato ou naturalizado, e gozar das prerrogativas contidas no artigo 12 da Constituição Federal;
- III) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV) ter concluído o ensino superior, de acordo com o art. 8º da Lei Estadual 9.383/2010;
- V) comprovar a escolaridade exigida;
- VI) ter idade mínima de dezoito anos;
- VII) estar apto física e mentalmente para as atribuições do cargo;
- VIII) estar no gozo dos direitos políticos.

_____. Regime de trabalho: ____ horas semanais.

_____. São atribuições do cargo de Técnico de Gestão, nos termos da Lei Estadual 9.383/2010:

- I – realizar atividades de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade;
- II – executar atividades de desenvolvimento organizacional;
- III – realizar a gestão de patrimônio e serviços;
- IV – executar atividades de gestão de tecnologia da informação;
- V – executar atividades de gestão de pessoas;
- VI – realizar outras atividades de interesse da Administração do Tribunal de Contas.

_____. Cargo: AUXILIAR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

_____. Requisitos:

- I) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- II) ser brasileiro, nato ou naturalizado, e gozar das prerrogativas contidas no artigo 12 da Constituição Federal;
- III) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

- IV) ter concluído o ensino médio com formação técnica na área de tecnologia da informação, de acordo com o art. 14 da [Lei Estadual](#) _____ / _____;
- V) comprovar a escolaridade exigida;
- VI) ter idade mínima de dezoito anos;
- VII) estar apto física e mentalmente para as atribuições do cargo;
- VIII) estar no gozo dos direitos políticos.

_____. Regime de trabalho: _____ horas semanais.

_____. São atribuições do cargo de Auxiliar de Tecnologia da Informação, nos termos da [Lei Estadual](#) _____ / _____:

- I – auxiliar no suporte de tecnologia da Informação;
- II - administrar ambientes de rede;
- III - instalar, configurar e atualizar programas antivírus e anti-spywares;
- IV – instalar, configurar e atualizar os sistemas operacionais;
- V - verificar a qualidade dos códigos dos sistemas;
- VI - aferir métrica dos sistemas;
- VII – manter rotinas de backup;
- VIII - executar atividades técnicas na área de telefonia;
- IX -executar outras atividades na área de tecnologia da informação de interesse da administração do Tribunal de Contas.

_____. Cargo: AUXILIAR DE GESTÃO

_____. Requisitos:

- I) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- II) ser brasileiro, nato ou naturalizado, e gozar das prerrogativas contidas no artigo 12 da Constituição Federal;
- III) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV) ter concluído o ensino médio, de acordo com o art. 17 da [Lei Estadual](#) _____ / _____;
- V) comprovar a escolaridade exigida;
- VI) ter idade mínima de dezoito anos;
- VII) estar apto física e mentalmente para as atribuições do cargo;
- VIII) estar no gozo dos direitos políticos.

_____. Regime de trabalho: _____ horas semanais.

_____. São atribuições do cargo de Auxiliar de Gestão, nos termos da **Lei Estadual**
_____ / _____:

- I – auxiliar nas atividades de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade;
- II - executar atividades de apoio à gestão patrimonial e de serviços;
- III - auxiliar na elaboração de textos, planilhas, formulários, solicitações, reclamações;
- IV – executar atividades de apoio à gestão de pessoas;
- V – executar atividades de atendimento e recepção de servidores, de cidadãos e da sociedade;
- VI – executar atividades de apoio à gestão patrimonial e de serviços;
- VII – executar outras atividades de interesse da administração do Tribunal de Contas.

6. DAS INSCRIÇÕES

_____. A inscrição do candidato no Concurso Público implica no conhecimento e aceitação das condições do concurso, nos termos expressos neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do concurso, acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

_____. Somente serão aceitas inscrições via internet, no endereço **www._____**, a partir do dia _____ / _____, até as _____ h _____ min do dia _____ de _____ de 20_____, mediante o preenchimento de requerimento padronizado, observadas as instruções constantes no Manual do Candidato e as instruções específicas disponíveis no referido endereço eletrônico.

_____. A inscrição deverá ser efetuada de acordo com as seguintes orientações:

_____. acessar o endereço eletrônico _____ durante o período de inscrições;

_____. ler atentamente o Edital do Concurso e o Formulário Eletrônico de Inscrição;

_____. preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição, atentando para a criação de sua senha exclusiva, que servirá para acesso posterior aos dados de sua inscrição, para envio de eventual recurso e para transmitir os dados via Internet;

_____. imprimir boleto bancário para pagamento do valor da taxa de inscrição;

_____. efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária no valor referente ao respectivo cargo.

_____. Somente será aceita inscrição para um dos cargos, sendo cancelada a inscrição mais antiga no caso de duplicidade.

_____. Será cancelada, automaticamente, a inscrição do candidato que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição no prazo fixado.

_____. Não se exigirá do candidato, no ato da inscrição, a apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o atendimento das condições e a veracidade dos dados informados, sob as penas da lei.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso não se responsabilizará por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

_____. Não será aceito o pagamento da taxa de inscrição condicional e/ou extemporâneo, efetuado por depósito via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente e ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.

_____. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito, salvo _____.

_____. O candidato que necessitar de condição especial para realizar a prova deverá requerê-la por meio do formulário eletrônico de inscrição, até o último dia do prazo

para as inscrições, juntando/anexando laudo médico digitalizado que justifique o atendimento especial solicitado.

_____. Os requerimentos serão analisados pela entidade realizadora do Concurso e terão seu deferimento ou indeferimento publicados juntamente com o edital de homologação das inscrições.

_____. O candidato que não requerer a condição especial, até o último dia do prazo para realização das inscrições, não poderá fazê-lo em momento posterior, seja qual for o motivo alegado;

_____. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

_____. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada para esse fim.

_____. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

_____. A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

_____. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

_____. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal durante a amamentação, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas.

_____. As pessoas que se enquadrem nos arts. 1º e 2º da Lei Estadual 7.713/2002 e art. 1º da Lei 6.156/1992, com redação dada pela Lei 8.795/2008, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição, devendo para tanto observar as seguintes instruções :

_____. Para fins de cumprimento do art. 1º da Lei Estadual 6.156/1992, relativo á isenção para os trabalhadores que percebam até 1,5 (um e meio) salário mínimo ou se encontrem desempregados, deverão ser encaminhadas para o endereço _____, cópia digitalizada da carteira de trabalho ou holerite, e declaração de próprio punho assinada e digitalizada, sob as penas da lei, de que não possui outra fonte de renda e que não percebe vencimentos superiores a 1,5 salário mínimo.

_____. Para fins de cumprimento do art. 1º da Lei Estadual 7.713/2002, fica isento do pagamento de taxa de inscrição o doador voluntário de sangue coletado por serviço especializado de banco de sangue ou hemocentro, desde que comprove, por meio de documento padronizado, que já tenha feito, no mínimo, três doações antes do lançamento do presente edital.

_____. Para fins de comprovar a situação do item (anterior) o doador deverá encaminhar o documento citado no respectivo item digitalizado para o endereço _____.

_____. Os documentos encaminhados para isenção do pagamento da taxa de inscrição deverão ser acompanhados do formulário de isenção (em anexo neste edital).

_____. O descumprimento das instruções para isenção do pagamento da taxa de inscrição implicará no indeferimento do pedido.

7. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

_____. Ao candidato portador de necessidades especiais - PNEs, que pretenda fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Complementar Estadual 114/2002 e suas alterações, é assegurado o direito de inscrição para este concurso, desde que a deficiência não seja incompatível com o exercício das atribuições do cargo.

_____. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais - PNEs aquela que se enquadra nas categorias mencionadas no artigo 4º, da Lei Complementar Estadual 114/2002.

_____. Aos candidatos portadores de necessidades especiais - PNEs serão reservados 10% das vagas existentes e das que surgirem durante o prazo de validade do concurso. No caso de o percentual resultar em fração superior a 0,7, será arredondado para o número inteiro imediato.

_____. Ficam garantidas as condições especiais necessárias para a participação no certame, sendo de responsabilidade do candidato trazer os instrumentos e equipamentos necessários à realização da sua prova, previamente autorizados pela Comissão Especial do Concurso.

_____. Os candidatos portadores de necessidades especiais - PNEs, ressalvadas as disposições especiais desta Seção, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao horário de início, à duração, ao local de aplicação, ao conteúdo e à avaliação das provas, aos critérios de aprovação, ao posicionamento na classificação geral e a todas as demais normas de regência do concurso.

_____. O candidato portador de necessidades especiais - PNEs, para se beneficiar da reserva de vagas, deverá declarar, quando da inscrição, ser portador de deficiência, indicando-a no Formulário Eletrônico de Inscrição, e deverá encaminhar para o endereço eletrônico [REDACTED] o relatório médico digitalizado detalhado, expedido no período de até 1 (um) ano antes da data de encerramento das inscrições, contendo o tipo e o grau ou nível da deficiência de que é portador, com a respectiva descrição e enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), e a sua provável causa ou origem, bem como indicar, se necessário, o tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas, observado o disposto no item [REDACTED].

_____. O laudo médico deverá vir acompanhado do formulário de declaração de portador de necessidades especiais (PNE) e para comprovação do cumprimento do prazo, valerá a data [REDACTED].

_____. Na falta do relatório médico, ou não contendo este todas as informações descritas no item anterior, o requerimento de inscrição será processado como de candidato não portador de necessidades especiais - PNEs , mesmo que declarada tal condição no ato da inscrição.

_____. O candidato portador de necessidades especiais - PNEs , caso necessite de algum atendimento e/ou condição especial para a realização da prova (prova ampliada, acesso especial, mesas apropriadas ao uso de cadeira de rodas, entre outros), deverá solicitar por meio do formulário específico anexo a este edital, acompanhado do laudo médico, conforme item _____.

_____. Os candidatos que não atenderem ao disposto no item _____ (anterior) não terão o atendimento e/ou condição especial para a realização das provas.

_____. O atendimento ás condições solicitadas ficará sujeito á análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

_____. O candidato que solicitar prova especial ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova, entre 18, 24 ou 28. Não havendo indicação do tamanho da fonte, a prova será confeccionada em fonte 18.

_____. O laudo médico de que trata o item _____, terá validade somente para fins de inscrição neste Concurso Público e não será devolvido.

_____. Após a investidura no cargo para o qual for aprovado, a deficiência não poderá ser arguida para pleitear a concessão de aposentadoria por invalidez.

_____. Não havendo candidatos portadores de necessidades especiais – PNEs aprovados, as vagas a eles reservadas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com a estrita observância da ordem de classificação.

_____. Os candidatos portadores de necessidades especiais - PNEs concorrerão em lista classificatória própria e na geral.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

_____. Compete à entidade realizadora manifestar-se expressamente sobre o deferimento ou indeferimento das inscrições, submetendo o expediente à homologação da Comissão Especial do Concurso.

_____. A homologação das inscrições deferidas e indeferidas será publicada, por meio de edital, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Conta Estado de Mato Grosso e divulgada nos sites www.tce.mt.gov.br e [REDACTED].

_____. No edital de homologação das inscrições constará a lista dos candidatos que tiveram suas inscrições provisórias homologadas na condição de candidato portador de necessidades especiais - PNEs .

_____. Da decisão de homologação das inscrições deferidas e indeferidas caberá recurso nos termos do item [REDACTED] deste edital.

9. DA PROVA OBJETIVA

_____. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos, e na hipótese de constatadas falhas de impressão, o representante da entidade realizadora do Concurso, antes do início das provas, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de Questões com defeito;
- b) em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá leitura dos itens onde ocorrem falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

_____. O presente concurso público constará de uma única prova eliminatória e classificatória, obedecendo a seguinte ordem:

_____. Para os cargos de Auditor Público Externo – Engenheiro Civil, Analista de Sistema de Tecnologia da Informação, Técnico de Gestão, Auxiliar de Tecnologia da Informação e Auxiliar de Gestão, a prova será composta por 100 (cem) questões

objetivas, valendo 1 (um) ponto cada uma, com questões de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas cada e apenas uma alternativa correta, versando sobre o conteúdo programático relacionado no Anexo I.

_____. Para o cargo de Analista Jurídico, a prova será composta por 90 (noventa) questões objetivas, valendo 1 (um) ponto cada uma, com questões de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas cada e apenas uma alternativa correta, e 2 (duas) questões subjetivas, valendo 5 (cinco) pontos cada uma, versando sobre o conteúdo programático relacionado no Anexo I.

_____. A prova para todos os cargos terá duração de 4 (quatro) horas, com início as _____ hs e término as _____, computando-se eventuais atrasos para início das provas.

_____. A prova para os cargos de Auditor Público Externo – Engenheiro Civil, Analista de Sistema de Tecnologia da Informação, Técnico de Gestão, Auxiliar de Tecnologia da Informação e Auxiliar de Gestão é dividida em duas partes: a primeira, com questões relacionadas ao conteúdo programático de conhecimentos gerais, totalizando 30 (trinta) questões objetivas; a segunda, com questões relacionadas ao conteúdo programático de conhecimentos específicos, totalizando 70 (setenta) questões objetivas.

_____. A prova para o cargo de Analista Jurídico é dividida em três partes: a primeira, com questões relacionadas ao conteúdo programático de conhecimentos gerais, totalizando 30 (trinta) questões objetivas; a segunda, com questões relacionadas ao conteúdo programático de conhecimentos específicos, totalizando 60 (sessenta) questões objetivas; e a terceira, com 2 (duas) questões subjetivas relacionadas exclusivamente ao conteúdo programático de Controle Externo da Administração Pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS:

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS GERAIS	LÍNGUA PORTUGUESA	10

	HISTÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA DO ESTADO DE MATO GROSSO E GEOGRAFIA DO ESTADO DE MATO GROSSO	5
	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	15
TOTAL DE QUESTÕES		30

AUDITOR PÚBLICO EXTERNO – ENGENHEIRO CIVIL

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS BÁSICOS	NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PÚBLICO	15
	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	15
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	ENGENHARIA CIVIL	20
	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	20
TOTAL DE QUESTÕES		70

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO DE ANALISTA JURÍDICO:

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS BÁSICOS	NOÇÕES DE AUDITORIA PÚBLICA	5
	NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	5
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10 OBJETIVAS 2 SUBJETIVAS
	DIREITO CONSTITUCIONAL	10
	DIREITO ADMINISTRATIVO	10
	DIREITO CIVIL	5
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	5
	DIREITO FINANCEIRO	5
	DIREITO PENAL	5

TOTAL DE QUESTÕES		60 OBJETIVAS
		2 SUBJETIVAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO DE ANALISTA DE SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS BÁSICOS	RACIOCÍNIO LÓGICO	5
	NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	10
	INGLÊS	5
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO	15
	SUPORTE	10
	AUDITORIA EM TI	10
	BANCO DE DADOS	10
	TECNOLOGIA EM GEOPROCESSAMENTO	5
TOTAL DE QUESTÕES		70

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO DE TÉCNICO DE GESTÃO:

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS BÁSICOS	RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICA	5
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	LEGISLAÇÃO DO TCE/MT	15
	DIREITO CONSTITUCIONAL	5
	DIREITO ADMINISTRATIVO	5
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10
	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL	10
	GESTÃO DE PESSOAS	10

	GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	10
TOTAL DE QUESTÕES		70

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS BÁSICOS	NOÇÕES DE INGLÊS	10
	RACIOCÍNIO LÓGICO	5
	NOÇÕES DE MATEMÁTICA	10
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	NOÇÕES DE AUDITORIA EM TI	15
	NOÇÕES DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO	15
	NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	15
TOTAL DE QUESTÕES		70

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE GESTÃO:

PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS BÁSICOS	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	10
	NOÇÕES DE MATEMÁTICA	10
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	NOÇÕES GERAIS DE GESTÃO	20
	LEGISLAÇÃO DO TCE/MT	20
	NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PÚBLICO	10
TOTAL DE QUESTÕES		70

_____. A prova será avaliada de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, observando-se o item **_____ (TÍTULO DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS)** deste edital , classificando-se o candidato que acertar 60% do total de questões, não podendo zerar em nenhuma das áreas de conhecimento.

Analista Jurídico:

Somente serão corrigidas as questões subjetivas dos candidatos ao cargo de Analista Jurídico que acertarem 60% das questões objetivas relativas à sua prova e que forem classificados **(5x o número de vagas)** respeitados os empatados no último lugar

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA PROVA SUBJETIVA

_____. Será atribuída nota ZERO para a prova que:

- a) contiver, de alguma forma, a identificação do candidato;
- b) for assinada em local diverso do estabelecido no caderno de prova;
- c) for preenchida a lápis, em parte ou na totalidade;
- d) apresentar letra ilegível ou incomprensível.

_____. O conteúdo programático da prova objetiva é o especificado no Anexo I do presente Edital.

_____. Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará apenas a Folha de Respostas personalizada para recebimento mediante leitura óptica, podendo sair da sala de prova somente depois de 90 (noventa) minutos do início da prova. Somente poderá sair com o caderno de questões o candidato que aguardar o término do horário de realização da prova.

_____. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções específicas contidas na capa dos Cadernos de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

_____. A avaliação da prova objetiva far-se-á exclusivamente por meio da Folha de Respostas personalizada, sendo nula qualquer outra forma de avaliação. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta. Na Folha de Prova não poderá conter qualquer marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura.

_____. O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas na Folha de Respostas.

_____. Do gabarito provisório das provas objetivas cabe recurso conforme descrito no item _____ deste edital.

10. DATA E LOCAL DA PROVA E OUTRAS ORIENTAÇÕES

_____. A data prevista para a realização das provas é dia **_____ / _____ / _____**. A confirmação da data e as informações sobre os locais de realização das provas serão divulgadas nos

sites www.tce.mt.gov.br e [REDACTED] com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

_____. O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos, munido de caneta esferográfica transparente com tinta de cor preta ou azul. Não será admitido o candidato que comparecer após o início das provas.

_____. Somente será admitido à sala de provas, o candidato que estiver portanto o documento de identidade com fotografia recente e o comprovante de inscrição.

_____. Será aceito como documento de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de lei, tem validade como documento de identidade, a exemplo das carteiras da OAB, CREA, CRM, CRC, etc; Certificado de Reservista; Passaporte dentro do prazo de validade; Carteira de Trabalho e Previdência Social; e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei 9.503/97).

_____. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

_____. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há, no máximo, 30 dias, sendo então submetido á identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e impressão digital em formulário específico.

_____. O não comparecimento á prova, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

_____. Durante a prova, não será permitido:

- a) o uso de corretivos de qualquer espécie;
- b) qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos;
- c) a posse ou uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares);
- d) protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

_____. Os pertences pessoais dos candidatos, tais como bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, carteiras, equipamentos eletrônicos, deverão ser lacrados pelo candidato, antes do início da prova, utilizando saco plástico fornecido exclusivamente para este fim pela Comissão Especial do Concurso.

_____. Os pertences pessoais lacrados serão acomodados no local indicado pelos fiscais da sala de prova, onde deverão permanecer durante todo o período de permanência do candidato ao local de prova, e somente será devolvido ao candidato na hora em que sair da sala de prova.

_____. Os celulares deverão ter suas baterias retiradas antes de serem colocados nos sacos plásticos.

_____. Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer lacrados e desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.

_____. Durante a realização da prova, sob pena de exclusão do concurso, é vedado ao candidato:

- a) deixar de apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item _____ deste capítulo;
- b) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorridos 90 (noventa) minutos do início das provas;
- c) anotar quaisquer informações relativas as suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não o fornecido;
- d) ausentar-se da sala de prova levando a Folha de Respostas, o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;
- e) portar armas na sala de prova, mesmo que possua o respectivo porte;
- f) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- g) deixar de devolver integralmente o material recebido, exceto o Caderno de Questões que poderá ser levado após o lapso temporal para realização da prova;
- h) comunicar-se, durante a realização das provas, com outro candidato, utilizando-se de quaisquer recursos;
- i) entregar a prova depois de encerrado o tempo fixado para sua realização;
- j) utilizar qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações;
- k) tratar inconvenientemente ou com des cortesia qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

_____. A ocorrência de quaisquer dos fatos indicados nas alíneas do item _____ será consignada na Ata da Sala de Prova, com apreensão dos elementos de evidência material, se for o caso.

_____. Quando da ocorrência não resultar evidência material, os fatos serão consignados na Ata da Sala de Prova, coletando-se a assinatura de dois candidatos como testemunhas, se possível.

_____. Deverão permanecer nas salas de prova, no mínimo 2 (dois) candidatos, até que a última prova seja entregue.

_____. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

_____. Em hipótese alguma será realizada prova fora do local, data e horário determinados.

_____. O gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no dia útil seguinte à prova e divulgado nos sites www.tce.mt.gov.br e [REDACTED].

11. DA PROVA DE TÍTULOS

_____. Publicada a relação dos candidatos aprovados na prova objetiva, serão eles convocados para, no prazo de 5 dias, apresentarem, querendo, os seus títulos.

_____. Desde que atendidos os requisitos e aprovação do MEC, são considerados títulos, com sua respectiva pontuação:

- a) Certificado de conclusão de curso de especialização: 1 ponto cada, computando-se no máximo 2 pontos;
- b) Conclusão de mestrado: 2 pontos cada, computando-se no máximo 4 pontos;;
- c) Conclusão de doutorado: 3 pontos cada, computando-se no máximo 6 pontos;.

_____. Serão computados na prova de títulos, no máximo 6 (seis) pontos para cada candidato, independente do número de títulos apresentados.

_____. Não serão considerados títulos os certificados que não tenham o registro no MEC.

_____. Os títulos deverão ser digitalizados e encaminhados para o endereço eletrônico [REDACTED], para avaliação, juntamente com o formulário preenchido constante do ANEXO II deste Edital, valendo a data da [REDACTED]

_____. A valoração dos títulos será realizada pela entidade realizadora do concurso, de acordo com a pontuação estabelecida no item [REDACTED] são considerados títulos, com sua respectiva pontuação: [REDACTED].

12. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

_____. Os candidatos que não atingirem o desempenho mínimo previsto neste item estarão automaticamente eliminados do concurso.

_____. Serão considerados aprovados os candidatos que, cumulativamente, obtiverem no mínimo 60% de acertos do total de questões objetivas, não podendo zerar em nenhuma das áreas do conhecimento.

_____. Todos os candidatos terão sua prova objetiva corrigida por meio de processamento eletrônico.

_____. A nota em cada questão da prova objetiva, obtida com base nas marcações da folha de respostas, será igual a 1 ponto.

_____. A nota final dos candidatos será igual à somatória da pontuação final obtida na prova objetiva e da prova de títulos.

_____. **analista jurídico**

_____. Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente de nota final.

_____. No caso de candidatos obterem idêntico número de pontos na nota final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) maior nota obtida na prova de títulos;
- b) maior nota obtida na somatória dos acertos das disciplinas relativas aos Conhecimentos Específicos;
- c) idade igual ou superior a 60 anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal 10.741/2003.

_____. Permanecendo, ainda, o empate, será realizado Sorteio Público, comunicando-se os candidatos através de Edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com antecedência mínima de 3 dias úteis, tendo por objeto a lista de classificação geral, nela integrando os candidatos portador de necessidades especiais - PNEs.

_____. O Edital de Homologação deste Concurso, será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e conterá informações relativas à classificação final dos candidatos aprovados no concurso.

13. DOS RECURSOS

_____. Com exceção da impugnação a este edital de abertura, de quaisquer das fases do concurso somente cabem os recursos expressamente previstos neste Edital.

___. Será admitido recurso quanto:

- a) ao indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, no prazo de 2 dias a contar do dia útil subsequente ao da publicação do edital de deferimento/indeferimento da isenção da taxa de inscrição;
- b) às inscrições não homologadas, no prazo de 2 dias a contar do dia útil subsequente ao da publicação do Edital de Homologação das Inscrições;
- c) às questões da prova objetiva e gabarito provisório, no prazo de 3 dias a contar do dia útil subsequente ao da divulgação do gabarito provisório da prova objetiva;
- d) à avaliação da prova de títulos, no prazo de 2 dias a contar do dia útil subsequente ao da publicação dos resultados provisórios;
- e) ao não enquadramento do candidato portador de necessidades especiais - PNEs, nos termos declarados no formulário de inscrição e atestados pelo médico, no prazo de 2 dias a contar do dia útil subsequente ao da publicação do Edital que homologar definitivamente as inscrições do candidato na condição de portador de necessidades especiais - PNEs;
- f) à classificação final após as provas objetiva e de títulos, no prazo de 2 dias a contar do dia útil subsequente ao da divulgação dos resultados.

___. Os recursos deverão ser interpostos somente por meio eletrônico, conforme regulamentação da entidade realizadora do concurso, através do site [REDACTED], no link [REDACTED], a partir das ____ horas do primeiro dia do prazo, até às ____ horas do último dia do prazo (horário de Brasília).

___. Não serão conhecidos os recursos sem a identificação da questão e fundamentação clara, objetiva e consistente e se houver identificação do candidato nas razões recursais.

___. As razões de recurso serão encaminhadas aos examinadores e não conterão identificação do recorrente.

___. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

___. Os recursos serão recebidos apenas sob o efeito devolutivo, devendo o julgamento ocorrer em 05 (cinco) dias contados da sua interposição.

___. O candidato poderá, quando for o caso, ter vista de seu cartão de respostas, enviando e-mail para a entidade realizadora do concurso [REDACTED] @ [REDACTED], a partir das 9 horas do primeiro dia do prazo recursal até às 14 horas do último dia do prazo para interposição de recurso contra o gabarito (horário de Brasília).

___. A entidade realizadora do Concurso providenciará, também por e-mail, a remessa do cartão digitalizado, até as ____ horas do dia seguinte à solicitação (horário de Brasília).

_____. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Edital não serão conhecidos.

_____. O(s) ponto(s) relativo(s) á(s) questão(ões) da prova objetiva eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos, independentemente da formulação de recurso.

_____. O gabarito divulgado poderá ser alterado em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

_____. A banca examinadora da entidade realizadora do Concurso constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões.

_____. Nas hipóteses mencionadas nos itens _____. e _____. (*anulação de questão e alteração do gabarito*), poderá ocorrer, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato se não atingida a nota mínima exigida para a prova.

_____. As decisões dos recursos serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no prazo **de** _____ dias depois de encerrado o prazo recursal.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

_____. A nota final dos candidatos será obtida pela totalização da soma das notas da prova e dos títulos.

_____. Os candidatos aprovados serão classificados em ordem decrescente do número de pontos obtidos, em duas listas, sendo uma geral, com a relação de todos os candidatos aprovados, e uma especial, com a relação dos candidatos portadores de necessidades especiais - PNEs aprovados, salvo se não houver aprovados nesta última condição.

_____. Será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e no site www.tce.mt.gov.br o Edital de Classificação e de Convocação dos candidatos aprovados na condição de portador de necessidades especiais - PNEs para comparecerem à Perícia Médica Oficial do Estado de Mato Grosso, a fim de serem submetidos à avaliação médica.

_____. O candidato portador de necessidades especiais – PNEs incluído na lista especial deverá submeter-se à perícia médica, com a finalidade de comprovar a deficiência declarada no formulário de inscrição no concurso, verificar se ela se enquadra nas categorias do art. 4º da Lei Complementar Estadual 114/2002, e se é compatível com o exercício das atribuições do cargo.

_____. A decisão da Perícia Médica Oficial do Estado de Mato Grosso terá caráter definitivo.

_____. Terminadas todas as fases recursais, o Presidente do Tribunal de Contas homologará a classificação final dos candidatos aprovados no concurso.

_____. O resultado final do concurso será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e divulgado nos sites www.tce.mt.gov.br e [\(Site da contratada\)](#).

15. DO PROVIMENTO DO CARGO

_____. O provimento dos cargos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados, de acordo com o número de vagas existentes no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

_____. O candidato aprovado no concurso de que trata este edital será investido no respectivo cargo, desde que comprove na data da posse, atender às seguintes exigências:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros, nos termos forma do art. 12, § 1º, da Constituição da República;
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos de idade e máxima de 65 (sessenta e cinco) anos incompletos;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- e) estar no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, apurada por Junta Médica designada pelo Tribunal de Contas, para o ato de posse;
- I) possuir a escolaridade exigida para o cargo;

_____. Os documentos que fazem prova das exigências acima referidas são:

- a) Certidão de nascimento ou casamento;
- b) Título de eleitor, com o comprovante de votação na última eleição;
- c) Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Cédula de Identidade;
- e) Diploma de curso superior ou certificado de conclusão do ensino médio, devidamente registrado pelo Ministério da Educação;
- f) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- g) Documento de inscrição no PIS ou PASEP;

- i) Declaração de acumulação de cargo ou função pública, ou sua negativa;
 - j) Certidões dos setores de distribuição dos foros criminais, da Justiça Federal, da Justiça Militar e da Justiça Estadual, dos lugares em que tenha residido nos últimos cinco anos, expedidas, no máximo, há seis meses;
 - l) Folha de antecedentes da Polícia Federal dos Estados em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
 - m) Folha de antecedentes da Polícia Estadual dos Estados em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- _____. Deverá ser apresentada, ainda, declaração de bens e rendimentos do empossado, atualizada até a data da posse.
- _____. Somente serão aceitos documentos originais como prova das exigências estabelecidas **no item prova das exigências**.
- _____. O provimento do cargo dar-se-á conforme as necessidades e possibilidades do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, seguindo rigorosamente a ordem de classificação final dos aprovados.
- _____. As nomeações serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.
- _____. Os prazos para posse são os previstos na Lei Complementar Estadual 04/90, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso, e iniciam-se a partir da publicação da nomeação.
- _____. O candidato que, por qualquer motivo, não tomar posse dentro do prazo legal, terá o ato de nomeação declarado sem efeito.
- _____. Os candidatos portadores de necessidades especiais – PNEs serão nomeados conforme lista classificatória própria, devendo também obedecer ao que determina a Lei Complementar Estadual 114/2002.
- _____. O acompanhamento das nomeações também poderá ser feito pelo site www.tce.mt.gov.br.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

_____. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final do concurso, podendo ser prorrogado

por igual período, uma única vez, a critério do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

_____. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, devendo o candidato acompanhar, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e nos sites www.tce.mt.gov.br e [REDACTED] todos os demais atos relativos ao presente concurso.

_____. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações relativas ao resultado de quaisquer das fases do Concurso por telefone.

_____. A estabilidade no serviço público ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório, pelo período de 03 (três) anos, a contar da posse.

_____. Ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso é reservado o direito de proceder às nomeações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.

_____. Em caso de necessidade de alteração dos dados pessoais do candidato (endereço, telefone para contato) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, basta acessá-lo novamente e retificar os dados até a data de homologação final do concurso.

_____. É de responsabilidade do candidato, após a homologação final e durante o prazo de validade do Concurso, manter seus dados atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, mediante encaminhamento dos documentos comprobatórios de qualquer alteração, por meio físico, à Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso.

_____. A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição e a prova, e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, quando constatada omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

_____. Comprovadas inexatidão ou irregularidade nas informações, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

_____. Este Edital poderá sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância em que será mencionada em Edital ou aviso próprios a ser publicado no Diário Oficial

Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e divulgados nos sites www.tce.mt.gov.br e “site da contratada”.

_____. As despesas relativas á participação do candidato no Concurso e á apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

_____. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso, salvo as oficiais, publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e divulgados nos sites www.tce.mt.gov.br e “site da contratada”.

_____. Eventuais ocorrências não previstas neste Edital e os casos omissos e duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Comissão Especial do Concurso.

Cuiabá, [REDACTED] de [REDACTED] de [REDACTED].

Conselheiro [REDACTED]

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso